

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DO AUTOR	9
PREFÁCIO	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	19
 <i>Capítulo 1</i>	
INTRODUÇÃO.....	21
 <i>Capítulo 2</i>	
A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DA BOA-FÉ OBJETIVA	25
2.1. BOA-FÉ OBJETIVA E SUBJETIVA – NECESSÁRIA DISTINÇÃO.....	25
2.2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	31
2.3. BOA-FÉ OBJETIVA NO BRASIL	40
2.3.1. Boa-fé Objetiva como Cláusula Geral	51
2.3.2. Boa-fé Objetiva nas fases pré e pós-contratual.....	59
2.4. FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA	60
2.4.1. Interpretativa e Integrativa.....	61
2.4.2. Criadora de Deveres Anexos.....	64
2.4.3. Limitativa do Exercício de Direitos.....	69
 <i>Capítulo 3</i>	
VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM.....	73
3.1. COMPREENSÃO DO BROCARDO DELIMITAÇÃO	73
3.2. HISTÓRIA DO VENIRE	77

3.3.	FUNDAMENTOS	79
3.1.1.	Boa-fé objetiva (ética – lealdade)	79
3.1.2.	Confiança.....	81
3.1.3.	Abuso de Direito.....	86
3.2.	PRESSUPOSTOS.....	89
3.2.1.	<i>Factum Proprium</i>	89
3.2.2.	<i>Venire</i>	92
3.2.3.	Legítima Expectativa.....	94
3.2.4.	Identidade de Sujeitos	95
3.2.5.	Dano.....	99
3.3.	CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS.....	101
3.3.1.	Negócio Jurídico – nulidade e celebração forçada	103
3.3.2.	Limitação ao Exercício de um Direito	106
3.3.3.	Restabelecimento da coerência.....	109
3.4.	O <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i> E AS DEMAIS FIGURAS LIMITADORAS DO EXERCÍCIO DE DIREITOS.....	109
3.4.1.	<i>Venire X Estoppel</i>	110
3.4.2.	O <i>venire contra factum proprium</i> como exercício tardio de um direito <i>verwirkung</i>	114
3.4.3.	<i>Supressio/Surrectio</i>	117
3.4.4.	<i>Tu Quoque Torpeza</i>	122
3.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> – Dever do credor de mitigar as próprias perdas/prejuízo	124
3.4.6.	Substantial Performance Adimplemento Substancial..	126
3.4.7.	<i>Exceptio Doli</i> – Exceção do dolo (Exercício Desequilibrado de Direitos).....	127
3.4.8.	Abuso das nulidades por motivos formais ou inalegabilidade de nulidades formais.....	128
3.4.9.	Desequilíbrio do Exercício Jurídico	129

Capítulo 4

O VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	131
4.1. DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	132
4.1.1. Delimitação e Origem.....	133
4.1.2. Dimensões de Direitos Fundamentais.....	137
4.1.3. Perspectivas subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	140
4.1.4. Importância dos Direitos Fundamentais para o Estado Democrático de Direito	142
4.1.5. Direitos Fundamentais Laborais.....	143
4.1.5.1. Eficácia dos Direitos Fundamentais nas relações privadas.....	144
4.1.5.2. Princípio da Máxima Efetividade	146
4.2. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DO VENIRE – PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.....	149
4.3. RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – COLISÃO E LIMITES	151
4.3.1. Técnica da Ponderação de Interesses	155
4.3.2. Solução do Conflito Princípio da Proporcionalidade – Núcleo Essencial	160

Capítulo 5

A CASUÍSTICA DA INCIDÊNCIA DO VENIRE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	165
5.1. COMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS TRABALHISTAS	166
5.1.1. Compatibilidade com a CLT	168
5.1.2. O <i>Factum Proprium</i> Trabalhista	170
5.2. VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM NO CONTRATO DE TRABALHO	172
5.2.1. Reintegração por contradição às próprias regras do PDV – Plano de Desligamento Voluntário	178

5.2.2.	Anulação de eleição sindical – Sindicato de modo incoerente proibiu trabalhadores de concorrer nas eleições.....	179
5.2.3.	Dispensa abusiva após transferência do empregado.....	181
5.2.4.	Empregado que alega estabilidade e rejeita oferta de reintegração no emprego.	182
5.2.5.	Ressarcimento à empresa de despesas efetuadas – cláusula de permanência.....	183
5.2.6.	Comportamento contraditório do trabalhador – pedido de indenização por assédio moral improcedente ...	185
5.3.	O <i>venire</i> no direito coletivo	186
5.3.1.	Importância da lealdade nas negociações coletivas.....	186
5.3.2.	O <i>venire</i> e as greves.....	192
5.3.3.	O <i>venire</i> na solução de conflitos coletivos ...	193
5.3.3.1.	Recusa à negociação e o pressuposto constitucional do comum acordo para julgamento de Dissídio Coletivo.....	194
5.3.3.2.	Demissão Coletiva – garantia frustrada – reintegração.....	196
5.3.3.3.	Proibição do comportamento incoerente com as Normas Coletivas	198
5.3.3.3.1.	Horas extras decorrentes da redução de intervalo – previsão em norma coletiva – Ação do Sindicato.....	199
5.3.3.3.2.	Horas extras decorrentes da redução de intervalo – previsão em norma coletiva – Ação individual	204
5.3.3.3.3.	Cumprimento espontâneo de norma coletiva e sua posterior impugnação.....	207
5.3.3.3.4.	Desconto no plano de saúde – compromisso negocial estabeleci-	

	do em norma coletiva e posterior alteração sem observância do procedimento.	210
5.3.4.1.	Assinatura de TAC e posterior Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho	211
5.3.4.2.	Assinatura de TAC e posterior autuação e/ou condenação. Incoerência de órgãos do Estado Democrático de Direito. Princípio da segurança jurídica.....	213
5.4.	VENIRE NAS FASES PRÉ E PÓS CONTRATUAIS	217
5.4.1.	Fenômeno da pejotização. Da fraude à legalidade. Lei 13.429/17 e Diretriz Constitucional do STF	218
5.4.1.1.	Da autonomia da vontade do trabalhador hipersuficiente e o a proibição do comportamento contraditório – incidência do <i>venire contra factum proprium</i>	220
5.4.1.2.	Caracterização do <i>venire contra factum proprium</i>	223
	CONCLUSÕES	229
	REFERÊNCIAS	233